

POSICIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE ALFABETIZADORES/AS BASEADO NA CIÊNCIA DA SEALF/MEC.

Desde que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) teve seus primeiros movimentos de construção, a ABAlf¹, como representante de milhares de professores/as alfabetizadores/as e pesquisadores/as do campo da alfabetização no Brasil, tem se mobilizado para dialogar com a Secretaria de Alfabetização (SeAlf) do Ministério da Educação (MEC) na intenção de contribuir com essa Política.

Em janeiro de 2019, escreveu Carta solicitando audiência com responsável pela SeAlf, para discussão e proposição de rumos para a política de alfabetização no País. Enviou convite para a mesma Secretaria para composição de mesa no Congresso Nacional de Alfabetização, em agosto de 2019, para tentar um diálogo. Ainda neste mês de agosto de 2019 encaminhou e publicou Carta Aberta, construída no mencionado Congresso, reunindo proposições de 700 participantes alfabetizadores/as e pesquisadores/as de todo o Brasil.

Em março de 2020, quando a Política Nacional de Alfabetização já se encontrava construída, pautada em uma única perspectiva, a cognitiva experimental, desconsiderando pesquisas nacionais e internacionais desenvolvidas na área de forma abrangente, a ABAlf enviou Carta aos representantes da UNDIME, reiterando a necessidade do debate e da implementação de soluções para qualificar o ensino de alfabetização, na intenção de que essa entidade pudesse juntar-se aos esforços que a ABAlf vinha fazendo para ser ouvida pela SeAlf.

Seguindo com a mobilização em relação aos pressupostos e desdobramentos previstos pela PNA, em 2019 a Revista Brasileira de Alfabetização (RBA) publicou um número especial com a visão de mais de 20 pesquisadores/as brasileiros/as acerca dos equívocos que se apresentavam e os riscos de retrocessos e rupturas claramente expressos para o campo da alfabetização constantes na PNA.

Ainda preocupada com os desdobramentos da PNA, uma Política unilateral que se pauta em realidades distintas da maioria das escolas, crianças, jovens, adultos e idosos brasileiros/as, que precisam alfabetizar-se, e não envolve os que se debruçam e pesquisam sobre o tema no Brasil, a ABALF participou, por meio de seus membros, de “Audiência Pública para levantamento de subsídios para a definição de especificações técnicas do edital do Programa Nacional do livro e do material didático - PNLD 2022”, e enviou contribuições ao referido edital, sem sucesso de ser consideradas.

Por todo esse movimento até então, a ABAlf não obteve aceno algum de diálogo por parte da SeAlf e, assim, os desdobramentos da PNA vêm acontecendo, à parte das

¹ A Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf), fundada em 2012, é uma organização que tem como objetivo articular, acompanhar e fomentar pesquisas e políticas públicas, agregando a participação de atores e instituições envolvidos com a temática da alfabetização.

realidades e diversidades de alfabetizador(es/as) e alfabetizand(os/as) brasileir(as/os): Primeiramente, o “Tempo de Aprender”; depois o “Conta pra Mim”; o PNLD-2022 - Educação Infantil distorcido e, recentemente, a adaptação e disponibilização do Graphogame, um jogo baseado exclusivamente em emissão de fonemas isolados, apesar de sua aparente contextualização em estrutura de jogos digitais, e por último o Programa da “Alfabetização baseada na Ciência”, o ABC, lançado no dia 08 de dezembro último, para formação de “40 mil professores de alfabetização em curso on line, elaborado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e por um Programa de Intervenção Prático, desenvolvido pelo Centro de Investigação e Intervenção na Leitura do Instituto Politécnico do Porto”.

Este Programa aponta cinco objetivos, segundo notícia da Agência Brasil em 11 de dezembro de 2020, que são

1. Atualizar os conhecimentos dos professores alfabetizadores **sobre as evidências científicas sobre o ensino da leitura e escrita** a crianças nos primeiros anos de escolaridade no Brasil.
2. Identificar as necessidades de formação dos professores alfabetizadores relativamente ao ensino da leitura e escrita, para assim promover as práticas de alfabetização no Brasil.
3. **Promover o uso de métodos de ensino de leitura e escrita eficazes e baseados nas evidências científicas.**
4. **Capacitar os professores alfabetizadores para o desenvolvimento de planos de ensino baseados nas mais recentes evidências científicas no ensino da leitura e escrita.**
5. Disponibilizar aos professores um conjunto de recursos úteis para o ensino inicial da leitura e da escrita.

Por esses objetivos do Programa, verifica-se haver forte voz da negação de todo um conjunto de construtos teóricos e práticos acerca da alfabetização e se tenta fazer crer que a ciência brasileira não é ciência, em especial no campo da alfabetização. Revela-se ainda uma visão dicotômica que põe de um lado a *supervalorização* (da ciência de outros países, - Portugal) e de outro, a *desvalorização* (Universidades, pesquisadores e professores, - Brasil). Sobre isso Araújo et al.,(2013), citando outros estudos, explicam que um dos traços culturais brasileiros é o estrangeirismo, tendência a negar sua "brasilidade" e se identificar com o que é proveniente do exterior”.

Uma visão que, talvez, se explique quando se julga incapaz e inferior em relação ao “estrangeiro”, conforme parece ser a compreensão da SeAlf e, reafirmada pela voz do Ministro da Educação, Milton Ribeiro ao Portal Gov.br: “Estamos abraçando toda uma prática de alfabetização que não está baseada em subjetivismos nem ideologias, estamos entrando no campo da evidência científica”(“...”).

Como se vê, toda a construção científica das Universidades brasileiras que atuam com essa temática, para o ministro, tem sido baseada em achismos e subjetivismos, por isso o Ministério da Educação precisaria buscar “lá fora” a “Alfabetização Baseada na Ciência” para “qualificar” os alfabetizadores. Além disso, afronta gravemente a Universidade e desrespeita todo esforço de professores-pesquisadores que assumem responsabilmente o ensino, a pesquisa e a extensão nessa importante área. Desse prisma, resta uma questão: qual concepção de Ciência, afinal, está baseando esses gestores?

Provavelmente desconheçam que os/as cientistas têm realizado nas Universidades, no campo da alfabetização, estudos e pesquisas muitos mais abrangentes

do que preveem esses objetivos. Em trabalho recente Schwartz, Frade e Macedo (2019) desenham um quadro de 95 grupos de pesquisas no Brasil com as seguintes tendências: “formação de professores alfabetizadores, apropriação da escrita, práticas de alfabetização, história da leitura e da escrita, políticas de alfabetização e de leitura e diversidade” (p.15).

Destes, 41 grupos (43,15%) atuam na formação de professores nas diversas Universidades do país; 19 grupos (20%) indicam foco de interesse nos processos de aquisição, apropriação, aprendizagem e desenvolvimento da escrita, 14 grupos (14,73%) registram nas linhas de pesquisa com foco na investigação da prática docente, dentre elas, as práticas de alfabetização” (pp.15-22). Esse levantamento demonstra como a alfabetização tem sido foco de inúmeras pesquisas e ações de extensão de universidades no território brasileiro.

Portanto, a ABAlf considera inegavelmente equivocadas as ações da gestão atual do Ministério da Educação, que reduz as evidências científicas a uma determinada tendência, conforme anunciado nos pressupostos da PNA e seus desdobramentos, a exemplo o “Tempo de Aprender” e “Alfabetização Baseada em Ciência”. Permitindo compreender que a SeAlf revela uma visão estreita quando fomenta uma formação de alfabetizadores em serviço, que silencia e desconsidera os saberes desses professores (as), negando sua autoria como construtores de ciência e protagonistas de seu trabalho nas diversidades geográfica, cultural e linguística do País.

Dado este contexto, mais uma vez a ABAlf entende que é imperativo existir um canal de diálogo por parte da SeAlf com aqueles que fazem e estudam a alfabetização no Brasil para somar esforços na construção de Programas e Políticas em face de a enorme contribuição das pesquisas nesse campo demonstradas aqui.

Em sintonia com a ABALF subscrevem este posicionamento as entidades abaixo mencionadas²:

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED.

Alfabetização, Leitura e Escrita - GT 10 - ANPED.

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE.

Associação de Ensino de Biologia – SBEnBIO.

Associação Brasileira de Currículo – AbdC.

Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC.

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca.

Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES.

Fórum Nacional de Diretores de Faculdades de Educação/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR.

Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e do Programa Residência Pedagogia - FORPIBID-RP. Pensar a Educação Pensar o Brasil - 1822/2022.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM.

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

Sociedade Brasileira de Ensino de Química – SBEnQ.

² Outras entidades, fóruns, associações, centros e grupos de pesquisa que desejem assinar este posicionamento, favor enviar email para diretoria.abalf@gmail.com.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Mec lança programa para professores de alfabetização. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-12/mec-lanca-programa-para-professores-de-alfabetizacao>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

ARAÚJO. B.F.B; TEIXEIRA. M.L.M; MALINI.E. Estrangeirismo e Complexo de Gulliver: brasileiros na percepção de expatriados de diferentes origens. *Organ.Soc.* vol.20 no.66 Salvador July/Sept. 2013.

PORTAL GOV.BR <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/12/mec-lanca-curso-de-capitacao-para-educadores-que-atuam-na-alfabetizacao>. Acessado em 11 de dezembro de 2020.

SCHWARTZ C.M; FRADE, I.C.S; MACEDO. M.S.A.N. Grupos de pesquisa em alfabetização no Brasil: diálogos com redes de pesquisa. *Roteiro, Joaçaba*, v. 44, n. 3, p. 1-26, set./dez. 2019 | e20502 |E-ISSN 2177-6059.